

RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

De acordo com a alínea e) do art.º 42 da Lei 50/2012 de 31 de Agosto é apresentado o relatório referente ao 1.º trimestre de 2017.

O relatório está estruturado de modo a que se obtenha, de forma directa, a diferença entre os valores orçamentados e a execução nas principais rubricas de gastos e rendimentos da empresa. É apresentada de seguida uma explicação/justificação das diferenças referidas anteriormente.

Em relação à análise dos desvios entre a execução do 1.º trimestre de 2017 e o orçamento para o mesmo período salientamos o seguinte:

Comparação do orçamento vs execução 1.º trimestre de 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	Previsto	Real	Desvio
Vendas e serviços prestados	753 131,93	743 335,70	-9 796,23
Subsidio à exploração	0,00	768,44	768,44
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-40 799,39	-46 413,72	-5 614,33
Fornecimentos e serviços externos	-493 766,11	-414 768,65	78 997,46
Gastos com pessoal	-82 255,76	-86 605,86	-4 350,10
Provisões	-73 150,00	-2 850,00	70 300,00
Outros rendimentos	80 225,35	19 237,47	-60 987,88
Outros gastos	-54 381,09	-18 591,74	35 789,35
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	89 004,93	194 111,64	105 106,71
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-98 651,80	-82 415,12	16 236,68
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-9 646,87	111 696,52	121 343,39
Juros e gastos similares suportados	-581,41	-307,24	274,17
Resultado antes de impostos	-10 228,28	111 389,28	121 617,56
Impostos sobre o rendimento do periodo	2 301,36	-25 062,59	-27 363,95
Resultado liquido do periodo	-7 926,91	86 326,69	94 253,61

Iniciando a análise com a rubrica dos Rendimentos verifica-se que foram orçamentados para o período em análise 833.357,28 € e na realidade a totalidade das rubricas ascendeu 763.341,61 €, existindo um decréscimo de 70.015,67 €.

July 2017
4

Analisando rubrica a rubrica verifica-se que as Vendas apresentam um decréscimo face ao orçamentado em 22.510 €, quer a venda de material reciclável quer a venda de energia à EDP diminuíram, no entanto foi a venda de energia que mais se salienta com um decréscimo de 14.313 €.

No quadro seguinte pode-se verificar a situação das vendas e prestações de serviços neste trimestre quando comparado com o orçamentado para o 1.º trimestre de 2017:

Detalhe das Vendas e Prestações de Serviços	Orçamentado	Realizado	Desvio
Vendas	174 756 €	152 245 €	-22 510 €
Venda de energia	34 747 €	26 549 €	-8 198 €
Material reciclável	140 009 €	125 697 €	-14 313 €
Prestações de Serviços	628 918 €	591 090 €	-37 828 €
RSU Indiferenciado	577 627 €	576 568 €	-1 059 €
Recolha de vidrões	749 €	706 €	-43 €
Taxa de Gestão de Resíduos	50 542 €	13 816 €	-36 726 €

Nas prestações de serviços existe um decréscimo de 37.828 €, tendo o principal desvio ocorrido na rubrica da Taxa de Gestão de Resíduos, por um lado por via da diminuição do RSU Indiferenciado entregue pelo Município e por outro lado porque a incidência da Taxa Gestão de Resíduos foi orçamentada sobre 50% dos resíduos e neste trimestre a incidência foi sobre 40% dos resíduos, à semelhança do que aconteceu em 2016.

A rubrica de subsídios à exploração refere-se a uma tranche do estágio PEPAL que decorreu durante o ano de 2016, no entanto os montantes de participação só foram fixados no início deste ano.

A rubrica de Outros Rendimentos apresenta um decréscimo de 60.987,88 €, este desvio justifica-se porque foram orçamentados juros de depósitos a prazo com taxas superiores ao que se verifica, uma vez que com o decorrer do tempo as taxas têm vindo a descer continuamente. Por outro lado, também foi orçamentado o recebimento de juros de mora por parte dos Municípios devedores, o que na realidade não se verificou. Esta rubrica foi também orçamentada com a Taxa de Gestão de Resíduos a debitar aos Municípios, mas, no decorrer deste trimestre e por indicação da Agência Portuguesa do Ambiente a TGR voltou a ser debitada mensalmente e assim optou-se por continuar a registar os seus valores na rubrica de Prestações de Serviços.

Quanto aos gastos estavam orçamentados 843.585,55 € para o 1.º trimestre de 2017 e na realidade a totalidade das rubricas ascendeu a 651.952,33 €, o que evidencia um decréscimo de 191.633,22 €.

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta um acréscimo de 5.614,33 € face ao orçamentado, este aumento deriva da aquisição de tampas de plástico que estava orçamentada em 12.258,49 € e ascendeu a 14.434,28 €, em relação ao gasóleo houve um acréscimo de 3.438,54 € face ao orçamentado.

Os fornecimentos e serviços externos apresentam o maior decréscimo deste trimestre com um desvio de 78.997,46 € face ao orçamentado. No quadro seguinte podemos observar quais os principais desvios desta rubrica:

Descrição	Orçamentado	Real	Desvio
Trabalhos Especializados:			
Transporte e Tratamento de RSU	313 756,32	278 044,70	-35 711,62
Monitorização e Caracterização	1 399,56	106,00	-1 293,56
Tratamento de lixiviado	50 588,10	0,00	-50 588,10
Outros	56 179,41	69 289,90	13 110,49
Publicidade e Propaganda (Campanhas sensibilização)	782,01	266,00	-516,01
Vigilância e Segurança	5 697,24	5 583,33	-113,91
Conservação e Reparação:			
Equipamento Básico	5 868,54	14 770,88	8 902,34
Equipamento de Transporte	12 691,77	7 497,26	-5 194,51
Equipamento Administrativo	75,12	49,59	-25,53
Pneumáticos	4 705,35	7 267,40	2 562,05
Instalações	1 579,50	4 311,44	2 731,94
Ferramentas e Utensílios	1 109,94	424,31	-685,63
Material de escritório	2 388,69	879,64	-1 509,05
Energia e Fluidos			
Eletricidade	11 402,58	4 757,39	-6 645,19
Combustíveis	869,22	743,09	-126,13
Água	327,15	185,36	-141,79
Óleos e lubrificantes	2 058,81	75,53	-1 983,28
Comparticipação Energia CVE	8 686,62	6 673,34	-2 013,28
Deslocações e Estadas	534,99	170,85	-364,14

July
R

<u>Rendas e Alugueres</u>			
Imoveis	1 000,00	1 000,00	0,00
Equipamento	242,37	408,48	166,11
Viaturas	1 621,83	1 621,83	0,00
Comunicação	843,81	610,01	-233,80
Seguros	6 932,28	6 665,79	-266,49
Contencioso e Notariado	332,25	1 073,12	740,87
Limpeza Higiene e Conforto	1 193,00	1 261,23	68,23
Outros Serviços	899,64	1 032,18	132,54
TOTAL	493 766,10	414 768,65	-78 997,45

Da análise dos valores dos fornecimentos e serviços externos verifica-se um decréscimo de 35.711,22 € no transporte e tratamento de RSU, uma vez que foram encaminhados para tratamento menos resíduos, em virtude do decréscimo das quantidades entregues pelos Municípios, dado que o valor por tonelada de 23,90 € também se mantém no período em análise.

Por outro lado, o tratamento de lixiviado estava orçamentado em 50.588,10 € e não se registou qualquer valor neste trimestre. Neste inverno 2016/2017, a pluviosidade foi reduzida e o tempo quente e seco se manteve durante mais meses, pelo que não houve necessidade de iniciar quer o tratamento de lixiviado por osmose inversa, nem o transporte e tratamento de lixiviado para uma unidade exterior como tem sido pratica corrente. Assim o tratamento de lixiviado será iniciado numa fase posterior (provavelmente no próximo trimestre), pelo que apesar de ainda não ter qualquer registo, este é um custo com um peso elevado na estrutura de gastos e, portanto, em algum momento do exercício se irá refletir.

A rubrica de gastos com o pessoal apresenta um acréscimo de 4.350,10 €, uma vez que este valor foi calculado com base na média dos gastos do ano anterior, em que existiram algumas baixas quer médicas quer de seguro, o que sucedeu foi que os trabalhadores voltaram aos postos de trabalho e também porque houve a contratação de uma funcionária para a área de sensibilização ambiental, o que levou a um ligeiro aumento desta rubrica face ao orçamentado.

O orçamento prevê a constituição de uma provisão no valor de 73.150,00 €, em janeiro de 2017 para o processo judicial que decorre no Tribunal Judicial de Benavente (Processo n.º 814/11.6TBBNV), relativo ao terreno onde se situa a Estação de Transferência de Salvaterra de Magos. A Empresa optou, no entanto, por constituir a provisão no final de 2016, dado que já tinha sido proferido o resultado da 1.ª perícia ao terreno e que a mesma aponta para o valor

1900 €/mensais e tendo em conta que o Município de Salvaterra de Magos também é réu no processo, considerou-se 50% do valor, ou seja, 950,00€/mensais desde agosto de 2010 até dezembro de 2016. Assim, neste trimestre apenas se verifica o reforço da Provisão em 2.850 €, que corresponde aos 950 €/mensais de janeiro a março de 2017, o que originou um desvio positivo de 70.300,00 €.

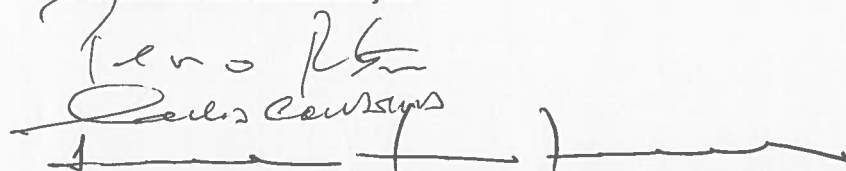
Os gastos de depreciação e amortização também apresentam um decréscimo de 16.236,68 €, uma vez que estavam orçamentados investimentos com início neste trimestre que ainda não se verificaram e também porque entretanto terminou a vida útil de determinadas ativos.

A rubrica outros gastos apresenta um decréscimo de 35.789,35 €, este desvio está relacionado com o calculo da Taxa de Gestão de Resíduos, que foi orçamentada incidindo sobre 50% das toneladas e o praticado no final deste trimestre foi sobre 40% das toneladas. Por outro lado também estava orçamentada a aferição das báscula neste trimestre e o mesmo não ocorreu no período em análise.

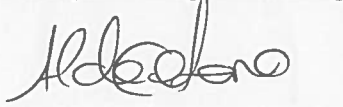
Assim, o Resultado Líquido do Período no 1.º trimestre de 2017 ascendeu a 86.326,69 €, evidenciando um acréscimo de 94.253,61 € face ao orçamentado, no entanto salienta-se que o resultado obtido se deve essencialmente à diminuição de gastos e não ao incremento de Rendimentos e que também existem gastos inerentes à exploração já contemplados no Orçamento para este período e que no decorrer do trimestre em análise ainda não se refletiram, mas irão surgir em próximos trimestres.

Almeirim, 02 de junho de 2017

O Conselho de Administração



O CC (Alda Margarida Rodrigues Caetano Marques n.º 68.270)



cc n.º 68.270